

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro T4F e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

Notas Explicativas

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

Notas Explicativas

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software, marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Notas Explicativas

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento

Notas Explicativas

e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

Notas Explicativas

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

- (1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Notas Explicativas

- (2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.
- (3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído (nota explicativa nº 34).

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis, emitidas até 31 de dezembro de 2013, pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting

Notas Explicativas

Standards Interpretations Committee - IFRIC, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refre-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos financeiros - Reconhecimentos e Mensuração.	(i)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações IFRS 7 e IFRS 9	determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e a divulgação de transição.	(i)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(ii)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(ii)

- (i) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
- (ii) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(ii)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios, em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(ii)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC-12.	(ii)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso de método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(ii)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(ii)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	(ii)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	(ii)
IAS 27 - Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	(ii)
IAS 28 - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e joint ventures	(ii)

- (ii) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não identificou efeitos relevantes que possam afetar as suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos

Notas Explicativas

ativos de longa duração não será recuperável. Nenhuma evidência foi identificada que justificasse a contabilização de provisão.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Notas Explicativas

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2013	2012		2013	2012
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Pop Art S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	75,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	69,48	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	-			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e a receita líquida dos exercícios de 2013 e de 2012:

Saldos em 31 de dezembro:

Controladas:	2013			2012		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Área Marketing Brasil Ltda.	1.402	1.301	18	624	45	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	19.782	2.420	6.516	24.751	3.156	4.440
Metropolitan Empreendimentos S.A.	11.352	3.961	10.936	12.953	3.670	10.460
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	17.582	6.398	28.565	13.201	1.735	21.263
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	159.196	132.769	98.768	151.369	62.285	202.413
T4F USA Inc.	7.409	5.791	-	1.420	-	1.898
Ticket Co. SpA	104.134	98.714	8.786	60.307	3.899	7.758
Vicar Promoções Desportivas S.A.	22.815	7.107	34.512	26.764	6.572	48.937
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.426	7.427	-	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (58,1%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), Pop Art S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém

Notas Explicativas

participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (3,1%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), Pop Art S.A. (5%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).

- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	3.973	4.219	24.299	10.974
Aplicações financeiras:			-	
Fundo de investimento de renda fixa (a)	-	-	14.581	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB	2.775	9.223	8.666	20.002
Operação compromissada - DI (b)	55.615	107.813	67.853	118.064
Time Deposit (c)	32.910	-	32.910	-
Money Market	-	-	-	531
Total	<u>95.273</u>	<u>121.255</u>	<u>148.309</u>	<u>149.571</u>

- Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básica do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.
- CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 92,5% a 101% da variação do CDI (98% a 102% em 31 de dezembro de 2012), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 0,15% a 0,45% ao ano sem prejuízo de resgate.

Notas Explicativas

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$15.628 (R\$13.715 em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, estavam aplicados R\$6.601 em CDB a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 96% da variação do CDI. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes faturados (i)	8.056	25.423	37.804	53.510
Bilheteria (ii)	20.593	8.110	29.429	20.345
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	19.679	19.833	30.755	34.859
Total das contas a receber	48.328	53.366	97.988	108.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(192)	(39)	(3.004)	(1.151)
Total	48.136	53.327	94.984	107.563

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer:	47.429	52.126	75.696	87.499
Vencidas:				
Até 30 dias	488	853	13.567	7.240
De 31 a 60 dias	2	-	3.674	9.233
De 61 a 90 dias	32	334	1.106	1.581
De 91 a 180 dias	186	-	622	1.281
Há mais de 180 dias	192	53	3.323	1.880
Total das contas a receber	48.328	53.366	97.988	108.714

Notas Explicativas

- c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	39	1.151
(+) Adições	237	2.397
(-) Reversões e baixas	(85)	(544)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>192</u>	<u>3.004</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	34	1.177	8.832	8.150
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.091	2.330	7.633	4.799
Programa de Integração Social - PIS	2	-	64	52
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	285	240
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	2.921	2.556
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	2.607	3.895
Outros	399	262	1.672	820
Total	<u>5.526</u>	<u>3.769</u>	<u>24.014</u>	<u>20.512</u>

- a) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	25.120	1.373	33.032	7.691
Outros	123	252	5.391	1.145
Total	<u>25.243</u>	<u>1.625</u>	<u>38.423</u>	<u>8.836</u>

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

Notas Explicativas**11. CUSTOS ANTECIPADOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados	15.505	5.419	54.919	24.996
Outros	583	527	3.446	2.089
Total	<u>16.088</u>	<u>5.946</u>	<u>58.365</u>	<u>27.085</u>
Circulante	14.730	5.753	57.007	23.560
Não circulante	1.358	193	1.358	3.525

As parcelas para a apropriação no resultado, para os eventos, shows e espetáculos contratados, tem a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2013</u>
Ano		
1º trimestre de 2014	7.962	13.072
2º trimestre de 2014	6.145	39.320
3º trimestre de 2014	40	40
4º trimestre de 2014	-	1.129
A partir de 2015	<u>1.358</u>	<u>1.358</u>
Total	<u>15.505</u>	<u>54.919</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo nos exercícios findos:Controladora:

Notas Explicativas

		2013			2012		
		Ativo não	Passivo	Receita	Ativo não	Passivo	Receita
		circulante	circulante	(Despesa)	circulante	circulante	(Despesa)
				financeira			financeira
Categoria							
Área Marketing Brasil Ltda. (iv)	Controlada	1.300	-	-	-	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	108	576	-	692	1.511	-
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	359	-	(56)	415	-	(26)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	5.100	-	322	4.920	-	940
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	74	-	10	60	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	938	1.019	-	342	571	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	694	-	65	727	-	207
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	1.290	-	-	1.327	-
T4F Chile S.A. (iii)	Controlada indireta	884	13.269	1.990	568	11.384	(1.533)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	Controlada indireta	910	1.354	(53)	3.396	1.181	(116)
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	11.779	-	309	12.446	-	(190)
T4F USA Inc. (v)	Controlada	5.620	338	43	-	295	(67)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	100	159	-	170	10	-
Total		<u>27.865</u>	<u>18.005</u>	<u>2.630</u>	<u>23.736</u>	<u>16.279</u>	<u>(785)</u>

Consolidado:

		2013		2012	
		Ativo não	Receita	Ativo não	Receita
		circulante	financeira	circulante	financeira
Categoria					
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	9.163	811	8.093	1.181
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	157	18	106	7
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	694	65	727	207
Total		<u>10.014</u>	<u>893</u>	<u>8.926</u>	<u>1.395</u>

- (i) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., no montante de AR\$25.654 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e juros de 1%, o qual será pago à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente a controlada possui algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas adotadas pelo governo Argentino, tal contrato está sendo tratado como parte do investimento líquido nessa controlada de modo que a respectiva variação cambial está contabilizada no Patrimônio Líquido na rubrica “Resultados abrangentes”. No passivo, é representado por valores a pagar referentes a serviços de produção.
- (ii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, conforme período contratual. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures.
- (iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil,

Notas Explicativas

parcialmente amortizado em 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

- (iv) Em 31 de dezembro de 2013, a relacionada possui saldos a receber em decorrência de contratos de patrocínios firmados no período.
- (v) Em 31 de dezembro de 2013, a controlada recebeu valores para pagamento de custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2013			2012		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	325	-	325	246	-	246
Conselho Fiscal	57	-	57	114	-	114
Diretores estatutários	4.014	240	4.254	4.590	2.353	6.943
Total	4.396	240	4.636	4.950	2.353	7.303

Consolidado	2013			2012		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	325	-	325	246	-	246
Conselho Fiscal	57	-	57	114	-	114
Diretores estatutários	5.025	240	5.265	5.442	2.856	8.298
Total	5.407	240	5.647	5.803	2.856	8.658

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi fixado em R\$9.644.

Notas Explicativas**13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS****a) Informações das controladas****a.1) 31 de dezembro de 2013**

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
Área Marketing Brasil Ltda.	101	(478)	99,99	(478)	101
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	17.362	(3.541)	69,48	(2.460)	12.063
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.391	(1.553)	99,99	(1.553)	7.390
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(7.753)	(65)	38,20	(25)	(3.014)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.183	12.994	99,99	12.993	11.182
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	29.441	(18.369)	100,00	(18.369)	29.441
T4F USA Inc.	1.619	(11)	100,00	(11)	1.619
Ticket Co. SpA.	5.420	2.445	100,00	2.445	5.420
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.709	(2.144)	85,00	(1.822)	13.352
Total				(9.280)	77.554

a.2) 31 de dezembro de 2012

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controladas 2012
Área Marketing Brasil Ltda.	579	(545)	99,99	579
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	20.903	(1.100)	69,48	14.523
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.945	(182)	99,99	8.944
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.823	6.588	99,99	9.823
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.663	(17.358)	100,00	42.663
T4F USA Inc.	1.413	(721)	100,00	1.413
Ticket Co. SpA.	2.885	2.842	100,00	2.885
Vicar Promoções Desportivas S.A.	17.852	8.457	75,00	13.389
Total				94.219

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 2013 e em 2012.

Notas Explicativas

	Controladora	Controladora
	2013	2012
Saldo inicial do investimento líquido	94.219	77.076
Equivalência patrimonial	(9.280)	(3.798)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	5.453	8.806
Aquisição de controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	15.288
Perda em Aporte de Capital em controlada	(2.989)	-
Aquisição de participação adicional de 10% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A.	1.785	-
Dividendos de controladas	(11.634)	(3.153)
Saldo final do investimento líquido	77.554	94.219

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.205	83.204
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	5.447	6.305
Total	130.488	130.488	135.936	136.793

- (i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

Em 1 de abril de 2013, a Companhia adquiriu de acionista minoritário uma participação adicional de 10% do capital social da controlada por R\$3.439, gerando um ágio total de R\$1.654.

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de negócios uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

O contrato de aquisição desta participação prevê ajuste ao preço, a depender da concretização de determinadas condições comerciais ora não materializadas. No entanto, não são esperados efeitos relevantes.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido

Notas Explicativas

nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

- (iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de “Purchase Price Allocation (PPA)”. Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$ 1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.
- (vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Em 31 de dezembro de 2013, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o próximo quinquênio.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa foram as seguintes:

Notas ExplicativasIncremento na receita líquida

- A Administração projeta o crescimento da receita com foco na expansão geográfica, expansão operacional e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada. O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado.

Margem bruta projetada

- Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade associada a esperados ganhos de eficiência.

Inflação dos preços dos ingressos

- Foram consideradas as previsões para os índices de preços ao consumidor dos países em que a Companhia atua para o período das projeções.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS**a) Composição do imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	383	444
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	75.183	73.784	99.721	98.377
Móveis e utensílios	5.277	4.714	10.249	9.617
Máquinas e equipamentos	11.649	10.779	31.712	29.225
Equipamentos de processamento de dados	7.475	6.618	11.862	11.137
Estruturas	6.733	324	17.410	10.814
Veículos	661	661	5.610	5.442
Adiantamento de imobilizado	181	165	188	172
Total	107.159	97.045	177.135	165.228

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.009)	(72.198)	(89.971)	(89.982)
Móveis e utensílios	6	(2.755)	(2.398)	(6.129)	(5.444)
Máquinas e equipamentos	7	(5.661)	(5.057)	(13.822)	(10.131)
Equipamentos de processamento de dados	17	(4.891)	(4.341)	(8.753)	(8.123)
Estruturas	10	(2.737)	-	(5.224)	(1.107)
Veículos	20	(484)	(423)	(2.643)	(1.611)
Total		<u>(88.537)</u>	<u>(84.417)</u>	<u>(126.542)</u>	<u>(116.398)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	383	444
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	3.174	1.586	9.750	8.395
Móveis e utensílios	2.522	2.316	4.123	4.173
Máquinas e equipamentos	5.988	5.722	17.890	19.094
Equipamentos de processamento de dados	2.584	2.277	3.109	3.014
Estruturas	3.996	324	12.186	9.707
Veículos	177	238	2.967	3.831
Adiantamento de imobilizado	181	165	185	172
Total	<u>18.622</u>	<u>12.628</u>	<u>50.593</u>	<u>48.830</u>

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Custo	-	6.691	6.003	12.902	12.972
Amortização	20	<u>(3.928)</u>	<u>(3.369)</u>	<u>(9.011)</u>	<u>(8.966)</u>
Total		<u>2.763</u>	<u>2.634</u>	<u>3.891</u>	<u>4.006</u>

Notas Explicativas

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2013		2012	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	763	(362)	401	443
Máquinas e equipamentos	2.271	(718)	1.553	1.641
Equipamentos de processamento de dados	235	(148)	87	99
	<u>28.603</u>	<u>(26.562)</u>	2.041	2.183
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(694)	(742)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			<u>1.347</u>	<u>1.441</u>

Consolidado:

	2013		2012	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.341	(772)	569	639
Máquinas e equipamentos	4.062	(1.808)	2.254	2.394
Equipamentos de processamento de dados	325	(233)	92	112
	<u>31.062</u>	<u>(28.147)</u>	2.915	3.145
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(991)	(1.069)
Eliminações do consolidado (i)			(577)	(635)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			<u>1.347</u>	<u>1.441</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

Notas Explicativas**d) Mutação do imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	12.628	23.939	48.830	39.590
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.219	777	3.202	1.347
Móveis e utensílios	572	232	678	1.026
Máquinas e equipamentos	887	951	2.511	14.492
Equipamentos de processamento de dados	1.235	1.265	1.462	1.629
Estruturas	6.409	1.073	6.597	11.520
Veículos	-	73	218	1.407
Adiantamento de imobilizado	49	14	49	15
Total de adições	11.371	4.385	14.717	31.436
Baixas líquidas	(54)	(13.169)	-	(13.206)
Depreciação	(5.323)	(2.527)	(12.494)	(8.782)
Efeitos de variação cambial	-	-	(460)	(208)
Saldo final	18.622	12.628	50.593	48.830

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$850, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2013, há aproximadamente R\$3.426, ainda em uso, totalmente depreciados.

Em função da reavaliação efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos seus ativos aproximam-se dos valores justos.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	2.634	2.050	4.006	3.353
Adições:				
Software	704	893	907	1.578
Marcas e patentes	-	241	-	241
Amortização (*)	(564)	(548)	(957)	(1.090)
Baixas líquidas	(11)	(2)	(65)	(76)
Saldo final	2.763	2.634	3.891	4.006

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25).

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores nacionais	28.042	21.927	59.329	58.967
Fornecedores estrangeiros	612	165	29.877	1.288
Total	<u>28.654</u>	<u>22.092</u>	<u>89.206</u>	<u>60.255</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	57.922	95.925	57.922	95.925
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 23,75%	-	-	9.703	14.425
Total		<u>57.922</u>	<u>95.925</u>	<u>67.625</u>	<u>110.350</u>
Parcela do passivo circulante		39.172	39.675	48.875	54.100
Parcela do passivo não circulante		18.750	56.250	18.750	56.250

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

a.1) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.
- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas.

Notas Explicativas

- vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
- vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
- viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em Lei.
- ix) Redução de capital social em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
- x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

a.2) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

As parcelas de longo prazo têm vencimento em 2015.

b) Empréstimos e financiamentos

As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de dezembro de 2013, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

Notas Explicativas**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
COFINS a recolher	1.098	3.377	1.529	4.272
PIS a recolher	498	732	594	930
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.901	4.417	5.496	4.980
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.659	6.584
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	399	569	619	569
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	67	1.031
IVA - imposto de valor agregado	-	-	18	23
INSS de terceiros a recolher	341	326	369	312
IRRF de terceiros a recolher	43	59	7.417	421
Outros	237	239	41	326
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	759	798
Passivo circulante	<u>7.517</u>	<u>9.719</u>	<u>21.568</u>	<u>20.246</u>
Parcelamento de ISS (b)	-	-	216	-
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.762	5.356	5.104	5.356
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	579	1.407
Passivo não circulante	<u>4.762</u>	<u>5.356</u>	<u>5.899</u>	<u>6.763</u>

- (a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente era de R\$3.967.
- (b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2013 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.190.

- (c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

Notas Explicativas

- (d) Em 31 de dezembro de 2013 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 2009 e 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 11 e 14 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 68 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contratos de “naming rights” (a)	-	1.080	536	1.790
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	10.716	16.364	12.969	18.771
Eventos privados (b.2)	486	1.270	1.431	1.576
Vendas antecipadas de ingressos (c)	59.020	4.819	102.762	6.603
Intermediação de shows	10	-	52	-
Passivo circulante	<u>70.232</u>	<u>23.533</u>	<u>117.750</u>	<u>28.740</u>

- (a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

- (b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

- (b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

- (b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

- (c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

Notas Explicativas**19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA**

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor aprovado	2013	2012
A Família Addams	11 7286	13.617	-	19
Esplendores do Vaticano	11 13405	8.388	-	361
O Rei Leão	12 6769	11.702	1.278	7.655
Billy Elliot	13 0162	3.858	56	-
O Rei Leão - Temporada 2014	13 8378	13.761	10.506	-
Jesus Cristo Superstar	13 8312	5.703	1.447	-
Total		<u>57.029</u>	<u>13.287</u>	<u>8.035</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	2012	Adições	Baixas	2013
A Família Addams	19	790	(808)	-
Esplendores do Vaticano	361	220	(581)	-
O Rei Leão	7.655	6.594	(12.971)	1.278
Billy Elliot	-	3.500	(3.444)	56
O Rei Leão - Temporada 2014	-	10.506	-	10.506
Jesus Cristo Superstar	-	1.500	(53)	1.447
Total	<u>8.035</u>	<u>23.110</u>	<u>(17.857)</u>	<u>13.287</u>

Notas Explicativas

Controladora e Consolidado	2011	Adições	Baixas	2012
As Bruxas de Eastwick	3	35	(38)	-
A Família Addams	8.650	4.520	(13.151)	19
Esplendores do Vaticano	-	5.230	(4.869)	361
Mamma Mia	1.490	162	(1.652)	-
Sky Mirage	51	5	(56)	-
Titanic	1.136	28	(1.164)	-
O Rei Leão	-	8.000	(345)	7.655
Total	<u>11.330</u>	<u>17.980</u>	<u>(21.275)</u>	<u>8.035</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	3.936	5.056	5.481	6.419
Cíveis	12.562	10.765	13.675	12.213
Tributários	-	-	1.864	2.271
Total	<u>16.498</u>	<u>15.821</u>	<u>21.020</u>	<u>20.903</u>
Circulante	879	454	879	458
Não circulante	15.619	15.367	20.141	20.445

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$48.909 (R\$39.698 em 31 de dezembro de 2012).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante global desses processos classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$8.617.
- Em abril de 2011 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos

Notas Explicativas

administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$5.238, para 31 de dezembro de 2013. Foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

- c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado do processo é R\$ 9.574.
- d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2013, o valor envolvido é de R\$4.028.
- e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado dos dois processos é de R\$8.931.
- f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$12.435, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$6.732, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$5.703, para a data base de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

- g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia ainda está avaliando o caso e apresentará impugnação ao auto de infração lavrado, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de janeiro de 2014, o valor atualizado do débito lançado é de R\$14.352.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 14.956 (R\$11.039 em 31 de dezembro de 2012).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de dezembro de 2013 encontrava-se em fase de execução, sendo que os cálculos do perito da Companhia apuraram eventual crédito do reclamante em aproximadamente R\$100. Não obstante, o valor estimado é de R\$1.690.
- b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução e julgamento. O valor estimado é de aproximadamente R\$5.353, cuja probabilidade de perda é possível.
- c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.686, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$57.193.

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$32.908 em 31 de dezembro de 2013 (correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir:, se refere a ação de cobrança de multa, por alegado não

Notas Explicativas

cumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando totalmente improcedente a ação. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

- b) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$1.410 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.
- c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$609, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; e (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$587, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$591, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$192, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para

Notas Explicativas

os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

- e) A Companhia é parte passiva, juntamente com “Os Independentes”, em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.
- f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.690. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2013 o valor em discussão é de R\$839. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- h) A Companhia figura como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do Citibank Hall – São Paulo, anteriormente denominado Credicard Hall. Em maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueis que, do período de janeiro de 2010 até junho de 2012, estimada em R\$11.696, a qual encontra-se integralmente provisionada.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2013, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$6.703 (R\$5.746 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

<u>Controladora</u>	<u>2012</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas	5.056	(1.171)	(573)	624	3.936
Cíveis	10.765	1.907	(463)	354	12.562
Total	<u>15.821</u>	<u>735</u>	<u>(1.036)</u>	<u>977</u>	<u>16.498</u>

<u>Consolidado</u>	<u>2012</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Efeitos de variação cambial</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas	6.419	(1.130)	(630)	910	(89)	5.481
Cíveis	12.213	1.640	(534)	327	28	13.675
Tributários	2.271	(462)	-	277	(221)	1.864
Total	<u>20.903</u>	<u>48</u>	<u>(1.164)</u>	<u>1.514</u>	<u>(282)</u>	<u>21.020</u>

<u>Controladora</u>	<u>2011</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2012</u>
Trabalhistas	7.376	(1.929)	(798)	407	5.056
Cíveis	8.059	2.978	(272)	-	10.765
Tributários	1.756	(1.092)	-	(664)	-
Total	<u>17.191</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.070)</u>	<u>(257)</u>	<u>15.821</u>

<u>Consolidado</u>	<u>2011</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Efeitos de variação cambial</u>	<u>2012</u>
Trabalhistas	8.144	(1.414)	(798)	515	(28)	6.419
Cíveis	9.374	2.992	(350)	23	174	12.213
Tributários	4.597	(1.958)	-	(291)	(77)	2.271
Total	<u>22.115</u>	<u>(380)</u>	<u>(1.148)</u>	<u>247</u>	<u>69</u>	<u>20.903</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Por deliberação dos órgãos da administração, em decorrência do prejuízo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não fará a distribuição de dividendos referentes aos resultados deste exercício, assim como no exercício de 2012.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

d) O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2013 é de R\$79.582 (R\$79.582 em 31 de dezembro de 2012).

e) Resultados abrangentes: em 31 de dezembro de 2013, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido, no subgrupo “Resultados abrangentes”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior, no montante de R\$17.845 (R\$14.204 em 31 de dezembro de 2012).

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de até 4.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”). A posição das ações em tesouraria adquiridas em função do Programa em 31 de dezembro de 2013 encontra-se abaixo:

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Custo unitário das ações (R\$)			Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
		Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	
1.061.100	5.388	4,49	5,08	5,15	5.730

*De acordo com a cotação de fechamento em 30 de dezembro de 2013 no valor de R\$5,40 por ação.

Enquanto mantidas em tesouraria, essas ações não têm direitos patrimoniais e/ou políticos. As ações permaneceram em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento conforme determinado no Programa.

Notas Explicativas**22. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta:				
Serviços	413.184	454.762	583.167	747.498
Produtos	2.650	409	39.446	29.849
Impostos incidentes	(52.394)	(58.104)	(71.290)	(83.111)
Receita líquida	<u>363.440</u>	<u>397.067</u>	<u>551.323</u>	<u>694.236</u>

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA**a) Despesas por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(33.393)	(35.524)	(52.071)	(52.172)
Serviços de terceiros	(17.739)	(21.812)	(25.670)	(30.688)
Utilidades e facilidades	(3.336)	(3.761)	(6.651)	(6.890)
(Constituição) reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(154)	105	(1.853)	(79)
Outras despesas operacionais	<u>(1.225)</u>	<u>(1.877)</u>	<u>(5.634)</u>	<u>(4.762)</u>
Despesas operacionais	<u>(55.847)</u>	<u>(62.869)</u>	<u>(91.879)</u>	<u>(94.591)</u>
Gerais e administrativas	(51.211)	(55.566)	(86.232)	(85.933)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	<u>(4.636)</u>	<u>(7.303)</u>	<u>(5.647)</u>	<u>(8.658)</u>
Total das despesas por natureza	<u>(55.847)</u>	<u>(62.869)</u>	<u>(91.879)</u>	<u>(94.591)</u>

Notas Explicativasb) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(154.776)	(161.469)	(237.879)	(237.676)
Transportes e locações	(31.738)	(60.082)	(44.749)	(73.093)
Serviços de terceiros	(30.193)	(30.066)	(44.199)	(42.470)
Viagens e locomoção	(14.040)	(19.164)	(15.714)	(24.711)
Utilidades e facilidades	(17.771)	(14.637)	(25.689)	(27.519)
Mídia e publicidade	(19.272)	(22.915)	(22.413)	(39.334)
Depreciação e amortização	(5.887)	(3.075)	(13.451)	(9.872)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(5.667)	(2.188)	(12.101)	(11.664)
Custos de produção	(18.054)	(29.407)	(45.743)	(133.116)
	<u>(297.398)</u>	<u>(343.003)</u>	<u>(461.938)</u>	<u>(599.455)</u>

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e bonificações	(20.890)	(21.499)	(36.558)	(37.986)
Despesa de férias	(2.390)	(2.082)	(3.160)	(2.878)
Despesa de 13º salário	(1.576)	(1.427)	(2.662)	(2.334)
Encargos sociais	(7.756)	(7.599)	(12.440)	(13.263)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(1.921)	(1.463)	(2.263)	(1.448)
Pagamentos baseados em ações	(569)	(462)	(569)	(462)
Outros benefícios a empregados (i)	(3.958)	(3.180)	(6.520)	(5.465)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(39.060)</u>	<u>(37.712)</u>	<u>(64.172)</u>	<u>(63.836)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(5.667)	(2.188)	(12.101)	(11.664)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	<u>(33.393)</u>	<u>(35.524)</u>	<u>(52.071)</u>	<u>(52.172)</u>
	<u>(39.060)</u>	<u>(37.712)</u>	<u>(64.172)</u>	<u>(63.836)</u>

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(820)	(746)	(4.594)	(2.445)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(402)	(377)	(2.605)	(2.347)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(364)	(1.058)	(364)	(1.058)
Multas - processos contingentes	-	(18)	-	(26)
Juros com debêntures	(7.352)	(11.724)	(7.352)	(11.724)
Outras	(1.966)	(2.116)	(2.287)	(4.026)
Total	<u>(10.904)</u>	<u>(16.039)</u>	<u>(17.201)</u>	<u>(21.626)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Juros ativos	726	1.322	1.980	1.736
Rendimentos de aplicações financeiras	6.941	14.376	8.314	15.467
Ganhos líquidos decorrentes de operação de "swap"	429	-	429	-
Outras	111	42	170	352
Total	<u>8.207</u>	<u>15.740</u>	<u>10.894</u>	<u>17.555</u>

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(6.819)	(7.785)	(6.863)	(18.352)
Ativas	5.392	5.979	5.415	12.882
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(1.065)	(235)	(1.214)	(2.056)
Ativas	-	478	-	534
Total	<u>(2.492)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>(2.663)</u>	<u>(6.992)</u>

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(63)	43	(48)	380
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(54)	(460)	(78)	(491)
Outras	<u>(121)</u>	<u>(163)</u>	<u>1.165</u>	<u>1.989</u>
Total	<u>(238)</u>	<u>(580)</u>	<u>1.039</u>	<u>1.878</u>

Notas Explicativas**27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado**

	Controladora		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(2.204)	(7.606)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(433)	(1.540)
IRPJ e CSLL diferidos	(1.168)	13.032	2.441	20.968
Total	<u>(1.168)</u>	<u>13.032</u>	<u>(196)</u>	<u>11.822</u>

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(12.149)	(18.767)	(14.524)	(15.779)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	4.130	6.381	4.938	5.365
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(127)	(1.224)	(301)	(1.267)
Efeitos da mudança de critério de regime da variação cambial	-	8.874	-	8.874
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(2.020)	(382)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	3.491	1.589
Controlada tributada no exterior	-	-	(6.110)	(2.754)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.156)	(1.291)	-	-
Perdas em investimentos e outros resultados	(1.821)	-	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(194)	(157)	(194)	(157)
Incentivos Fiscais	-	-	-	105
Outros itens	-	449	-	449
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(1.168)</u>	<u>13.032</u>	<u>(196)</u>	<u>11.822</u>

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Notas Explicativas

Controladora	31/12/11	Variação (*)	31/12/12	Variação	31/12/13
Impostos diferidos ativos sobre-					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	39.449	(7.134)	32.315	(5.672)	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	(36)	13	52	65
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.845	(466)	5.379	230	5.609
Prejuízos fiscais	8.934	16.009	24.943	2.959	27.902
Base negativa de CSLL	3.641	6.178	9.819	1.065	10.884
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(817)	76	(741)	49	(693)
Variação Cambial	(269)	269	-	-	-
Outras provisões	1.993	(1.864)	129	149	278
Total do ativo líquido	<u>58.825</u>	<u>13.032</u>	<u>71.857</u>	<u>(1.168)</u>	<u>70.688</u>

Consolidado	31/12/11	Variação (*)	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/12	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/13
Impostos diferidos ativos sobre-							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	39.449	(7.134)	-	32.315	(5.672)	-	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.218	377	(173)	1.422	154	(222)	1.353
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.696	(622)	(126)	5.948	330	(90)	6.188
Prejuízos fiscais	8.934	21.808	-	30.742	5.814	(916)	35.640
Base negativa de CSLL	3.641	6.178	-	9.819	1.065	-	10.884
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	-	(741)	-	(741)	49	-	(692)
Outras provisões	2.124	(544)	(19)	1.561	47	(184)	1.425
Total do ativo	<u>62.062</u>	<u>19.322</u>	<u>(318)</u>	<u>81.066</u>	<u>1.787</u>	<u>(1.412)</u>	<u>81.441</u>
Impostos diferidos passivos sobre-							
Não circulante:							
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.178)	1.377	(2.400)	(2.201)	654	-	(1.547)
Variação cambial	(269)	269	-	-	-	-	-
Total do passivo	<u>(1.447)</u>	<u>1.646</u>	<u>(2.400)</u>	<u>(2.201)</u>	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>(1.547)</u>
Total líquido	<u>60.615</u>	<u>20.968</u>	<u>(2.718)</u>	<u>78.865</u>	<u>2.441</u>	<u>(1.412)</u>	<u>79.894</u>

(*) A diferença entre a variação e o saldo registrado no resultado refere-se ao imposto de renda e contribuição diferidos sobre os gastos com emissão de ações, contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	14.808	9.853
Diferenças temporárias dedutíveis	<u>622</u>	<u>(68)</u>
	15.430	9.785
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	<u>5.246</u>	<u>3.327</u>

Notas Explicativas

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	6.925	11.338
2015	17.131	21.230
2016	10.782	10.782
2017	11.150	11.150
2018	<u>24.700</u>	<u>25.394</u>
Total	<u><u>70.688</u></u>	<u><u>79.894</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

Notas Explicativas**28.2. Classificação dos instrumentos financeiros**

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2013	2012
Debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(57.922)	(95.925)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	2.355	725
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	91.300	117.036
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	27.865	23.736
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	(18.005)	(16.279)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	48.136	53.327
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(28.654)	(22.092)
Total de exposição			<u>65.075</u>	<u>60.528</u>
Efeito no resultado			<u>(3.996)</u>	<u>1.867</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2013	2012
Debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(57.922)	(95.925)
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	16	(9.703)	(14.425)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	2.355	725
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	124.010	138.598
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	10.014	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	94.984	107.563
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(89.206)	(60.255)
Total de exposição			<u>74.532</u>	<u>76.281</u>
Efeito no resultado			<u>(4.697)</u>	<u>1.061</u>

- (i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano (nota explicativa nº 16).
- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).
- (iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

Notas Explicativas

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui instrumentos financeiros para proteção de alguns passivos, conforme abaixo:

Instrumento financeiro	Data da contratação	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX contratação	Ganho
NDF	23/07/2013	USD	8.083	02/01/2014	2,3426	429

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Notas Explicativas

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	2.355	725	2.355	725
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	32.910	-	32.910	531
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	13.047	16.257	-	-
Mútuo com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	884	568	-	-
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	5.620	-	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(14.961)	(12.860)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólares norte-americanos	(612)	(165)	(29.877)	(1.288)
Total de exposição			<u>39.243</u>	<u>4.525</u>	<u>5.388</u>	<u>(32)</u>
Efeitos no resultado			<u>(935)</u>	<u>(2.046)</u>	<u>392</u>	<u>(191)</u>

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Notas ExplicativasRisco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2013 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	2013	Controladora		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(57.922)	(65.631)	(67.257)	(68.883)
Aplicações financeiras	91.300	97.821	99.451	101.081
Exposição líquida	33.378	32.190	32.194	31.483

	2013	Consolidado		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	(57.922)	(65.631)	(67.257)	(68.883)
Empréstimos e financiamentos	(9.703)	(12.008)	(12.584)	(13.160)
Aplicações financeiras	124.010	132.602	134.750	136.898
Exposição líquida	56.385	54.964	54.909	54.854

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$1.188 e R\$1.421 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, substancialmente resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,09% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas essencialmente as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013.
- (ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$1.184 e R\$1.476 (controladora e consolidado, respectivamente).
- (iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$1.180 e R\$1.531 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de cambio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2013 a Administração estimou as taxas futuras de cambio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	2013	Controladora		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	2.355	2.111	2.639	3.167
Aplicações Financeiras	32.910	29.502	36.877	44.253
Mútuo com controladas argentinas	13.047	14.576	18.220	21.865
Mútuo com controlada chilena	884	792	991	1.189
Mútuo com controlada americana	5.620	5.038	6.297	7.557
Empréstimos com controladas no exterior	(14.961)	(13.412)	(16.765)	(20.117)
Fornecedores	(612)	(549)	(686)	(823)
Exposição líquida	<u>39.243</u>	<u>38.060</u>	<u>47.573</u>	<u>57.089</u>

	2013	Consolidado		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	2.355	2.111	2.639	3.167
Aplicações financeiras	32.910	29.502	36.877	44.253
Fornecedores	(29.877)	(26.783)	(33.479)	(40.174)
Exposição líquida	<u>5.388</u>	<u>4.830</u>	<u>6.038</u>	<u>7.246</u>

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$1.183e R\$558 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.
- (ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$8.330 e R\$650 (controladora e consolidado, respectivamente).
- (iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$17.846 e R\$1.858 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes

Notas Explicativas

bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a cobertura está demonstrada como segue:

	<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	13.693	25.793
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	68.751	45.520
		<u>82.444</u>	<u>71.313</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

Notas Explicativas

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até o 1º ano	13.345	16.528
Do 2º ao 5º ano	45.643	53.839
Após o 5º ano	29.935	29.617
Total	<u>88.922</u>	<u>99.984</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$33.233 mil e US\$127.465 mil, respectivamente.

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$3.320.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos

Notas Explicativas

contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado 2012	Valores registrados no resultado no período findo 2013	Valores a registrar em períodos futuros
2007	1.256.667	2.869	2.869	-
2008	505.576	1.414	1.414	-
2010	119.373	181	195	-
2012	438.300	256	415	398
2013	-	-	140	414
Total	2.319.916	4.720	5.034	812

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado					
	28/09/2007	01/10/2007	23/02/2010	04/07/2012	24/10/2012	01/07/2013
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/2017	01/10/2014	23/02/2017	15/04/2017	15/04/2017	01/07/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%	37,39%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93	6,02
Indexador	Não indexado	Não indexado	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	16,93	16,41	16,41	8,23
Valor justo por opção – R\$:						
Série 1	5,02	5,02	0	5,04	1,54	1,51
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

Notas Explicativas**32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Consolidado 2013			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	305.961	135.326	110.036	551.323
Custos	(384.616)	(77.322)	-	(461.938)
(Prejuízo) lucro bruto	(78.655)	58.004	110.036	89.385
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(21.215)	(36.183)	-	(57.398)
	(99.870)	21.821	110.036	31.987
Despesas administrativas				(37.541)
Resultado financeiro				(8.970)
Prejuízo antes dos impostos				(14.524)

Notas Explicativas

Consolidado 2012				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	423.220	111.864	159.152	694.236
Custos	(521.206)	(78.249)	-	(599.455)
(Prejuízo) lucro bruto	(97.986)	33.615	159.152	94.781
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(26.612)	(32.929)	-	(59.541)
	(124.598)	686	159.152	35.240
Despesas administrativas				(39.956)
Resultado financeiro				(11.063)
Lucro antes dos impostos				(15.779)

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	98.768	147.221
Brasil	443.769	484.065
Chile	8.786	62.950
	<u>551.323</u>	<u>694.236</u>
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	(1.615)	16.074
Brasil	86.196	82.357
Chile	4.804	(3.650)
	<u>89.385</u>	<u>94.781</u>
<u>(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(20.857)	(8.577)
Brasil	3.023	2.413
Chile	3.310	(9.615)
	<u>(14.524)</u>	<u>(15.779)</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

Notas Explicativas

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$2.325 na controladora e R\$2.763 no consolidado.
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$1.913 (R\$742 em 31 de dezembro de 2012).

34. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro prejuízo do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(13.317)</u>	<u>(5.735)</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.791.465</u>	<u>69.495.511</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>71.628.850</u>	<u>71.139.655</u>
Prejuízo básico por ação - em reais	<u>(0,1908)</u>	<u>(0,0825)</u>
Prejuízo diluído por ação - em reais	<u>(0,1908)</u>	<u>(0,0825)</u>

35. OUTROS ASSUNTOS

Medida Provisória nº 627/2013

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, embora ofereça a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Não são esperados efeitos relevantes decorrentes da observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia está avaliando se irá optar pela adoção antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício de 2014.

Notas Explicativas

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Janeiro de 2014 a Argentina realizou significativo ajuste de câmbio com a desvalorização do Peso argentino frente ao Dólar americano, e consequentemente frente ao Real.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 24 de fevereiro de 2014.